

## DIREITOS HUMANOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL<sup>1</sup>

### O mal estar social da globalização

Em março de 2006 um acontecimento imprevisto ocupou as manchetes mundiais: a juventude francesa voltou às ruas. Em Paris e outras cidades francesas milhares de jovens encabeçaram protestos e manifestações contra o projeto de lei do Contrato Provisório de

---

<sup>1</sup> Artigo publicado no livro *Direitos Humanos e Questão Social na América Latina*, organizador por Silene de Moraes Freire e editado pela Gramma (p. 65-80), Rio de Janeiro, 2009.

Trabalho (CEP), que permitiria a contratação sem ônus trabalhista para os menores de 26 anos. Foram apoiados pelos sindicatos e o setores descontentes com as políticas neoliberais de perda de direitos trabalhistas. As imagens e fotos das passeatas e a determinação dos manifestantes tornaram inevitável a lembrança de maio de 68 e de suas bandeiras de luta. No caso, foram os próprios manifestantes que se declararam herdeiros da Revolução, da inesquecível Comuna de Paris, homenageando seus mortos.

Mas, como sabemos, a história nunca se repete. Não é a mesma juventude nem o mesmo contexto histórico. Em poucas palavras, a economia globalizada francesa do ano 2006 é bastante diferente do capitalismo próspero dos anos 1960-70. Comentando os acontecimentos de Paris, Antonio Negri ressalta que:

Obviamente, o movimento atual tem raízes problemáticas e completamente diferentes das do “jolie mai” de 1968. O Maio de 68 eclodiu como uma primavera de vida contra a opressão do pleno emprego industrial, ao passo que o março de 2002 nasce diante das angústias da crise do pleno emprego (COCCO; NEGRI, s. d).

Diferentemente dos anos de prosperidade, a massa de trabalhadores sofre hoje os efeitos da nova divisão internacional do trabalho, com os deslocamentos e fragmentação do processo produtivo. Afinal, a “exclusão” social é fruto dos saldos da produtividade e do grau de exploração da força de trabalho e da extraordinária potencialização das forças produtivas. Os sindicatos por categorias se enfraquecem e os “movimentos sociais” saem às ruas tentando defender as conquistas trabalhistas de muitos anos de luta contra a corrente da flexibilização das regras de contratos trabalhistas. Em todo o mundo desenvolvido, o espectro do desemprego debilita a resistência sindical e fragmenta a união dos explorados.

Viviane Forrestier, autora do *Horror econômico*, entrevistada sobre os acontecimentos franceses, assim resumiu a situação de um número crescente de pessoas que precisam trabalhar para viver:

O desempregado virou uma pessoa supérflua. Vivíamos numa civilização que explorava os homens, agora ela os elimina. Fazemos chantagem com o desempregado, o obrigamos a aceitar o que lhe for oferecido. Ele fica sem alternativas. Isso é ditadura. Dizemos que quando alguém perde seu emprego perde sua dignidade. Ao dizer isso, culpabilizamos os desempregados. Tornamos a vítima culpada.<sup>2</sup>

Nosso ponto de partida é, portanto, a constatação de que vivemos hoje uma situação que foi parcialmente antecipada por Marx, que admirava a pujança produtiva do capitalismo, mas nunca perdeu de vista as contradições entre a expansão produtiva e os limites da realização do capital; vale dizer, as crises periódicas e o preço a ser pago pela força de trabalho. O que Marx não previu foi a perda de importância relativa do proletariado e o fato de que há muito deixou de exercer qualquer papel de vanguarda.

Dessa constatação decorre a questão central do presente texto: quais as forças sociais que impulsionam mudanças e quais forças se opõem? Quais são as bandeiras de luta em cada situação nacional concreta? Quais as repercussões do governo Lula na América Latina? Quais perspectivas se abrem com os novos governos de esquerda na Venezuela, Uruguai e mais recentemente, a eleição de Michele Bachelet para a presidência do Chile e do “cocalero” Morales para a presidência da Bolívia? Finalmente, quais as perspectivas “antissistêmicas” dos atuais movimentos sociais na América Latina?

---

<sup>2</sup> Entrevista de Viviane Forrester editada por Flávia Varela, *Estado de São Paulo*, 2 abr. 2006, Aliás, J3.

## **Movimentos sociais antissistêmicos: séculos XIX e XX**

A utilização do “antissistêmico” como critério de qualificação nos permite entender a dupla dimensão das lutas sociais<sup>3</sup>. De um lado, temos os elementos de continuidade entre as lutas e revoluções inspiradas em ideais libertários dos dois últimos séculos: elas são antissistêmicas, implicam o objetivo de superar a ordem político-social existente. Por um lado, as rupturas experimentadas depois do esgotamento de certas experiências que se pretendiam revolucionárias e anticapitalistas, como sucedeu tanto na luta pela libertação nacional, que opôs países colonizados contra seus colonizadores, especialmente na África e na Ásia, quanto no caso dos partidos e movimentos socialistas e comunistas. Ambos os movimentos, por outro lado, diziam-se revolucionários e pretendiam mudar o sistema capitalista. Ambos constituíram partidos que foram por muito tempo perseguidos e, via de regra, colocaram na pauta a questão da tomada do poder, entendida como tomada do poder de estado.

As dificuldades na construção de sociedades mais democráticas foram seguramente o maior problema enfrentado por todas as revoluções socialistas, não obstante leis e políticas que ampliaram o acesso à educação e à saúde, diminuindo também as desigualdades sociais. Mas nosso foco de interesse reside exatamente naquilo que Wallenstein define como um novo tipo de movimento social, surgido nos anos 60/70, os movimentos da Nova Esquerda, incluindo feministas, verdes e “minorias” raciais/étnicas. Os enfrentamentos da Nova Esquerda dos anos 60 não se deram de maneira uniforme. Enquanto que nas capitais europeias estudantes e os movimentos feministas lutaram contra o sistema por meio de manifestações

---

<sup>3</sup> Imanuel Wallenstein introduziu a categoria “antissistêmico” para se referir tanto aos movimentos sociais clássicos do século XIX e meados do século XX quanto aos atuais movimentos antiglobalização.

e pressões de massa, na maior parte dos países latino-americanos a radicalização estudantil terminou por se transformar em luta armada contra as ditaduras militares que se instauraram nessas mesmas décadas.

### **As vias da transição democrática em países da América do Sul**

A enorme interferência militar na história política da América Latina tem sido objeto de estudo de especialistas de várias línguas e tendências. Do conjunto dessas contribuições, “A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile”, artigo escrito pelo sociólogo argentino Ernesto Lopez (2001), é de extrema valia para o aprofundamento das convergências e especificidades da transição democrática nos três países que constituem nosso objeto de estudo. Lopez ressalta inicialmente que “o histórico é, por definição, único, mas que sempre pode haver semelhanças, parentescos (...) (e o que) verdadeiramente justifica uma comparação é a possibilidade de melhorar a percepção e a compreensão de um fenômeno no que este tem de próprio e singular” (2001, p. 94).

Utilizando a distinção feita por Guillermo O’Donnel entre transições pactuadas e transições por colapso, Lopez cria uma tipologia que inclui Brasil e Chile na categoria das transições pactuadas e a Argentina na categoria das transições resultantes de colapsos (no caso, a Guerra das Malvinas). Sua tipologia trabalha também com a questão do tipo de regime que se segue à passagem do poder das mãos dos militares para os civis, o grau de autonomia das forças armadas e o grau de controle que exercem sobre os aparelhos de Estado. Nesse caso, o Brasil e a Argentina constituem uma transição pactuada “moderada”, enquanto o Chile é um “caso duro”. Nas palavras de Lopez:

Sem entrar em considerações particulares [...], pode-se mencionar que o regime chileno nasceu marcado duramente por garantias e salvaguardas – a maioria das quais é constitucional – que favorece um papel tutelar das Forças Armadas sobre o sistema político. O regime legal/institucional brasileiro inicialmente manteve certas garantias – por exemplo, uma passagem gradual do poder aos civis – mas foi mais flexível. Pode-se dizer que graduou tanto a transferência do poder ao mundo civil como a própria retirada dos militares. Um marco adicional desta previsão gradual rumo à “brandura” está no fato de que houve uma reforma constitucional no Brasil, convocada e realizada durante um governo civil e plenamente democrático. Pode-se dizer, em compensação, que o regime argentino nasceu “moderado” devido ao colapso militar (LOPEZ, 2001, p. 103).

Uma das razões óbvias do desmoronamento das ditaduras militares foi a crise econômica e monetária da maior parte das economias latino-americanas. A burguesia estava disposta a viver em regimes politicamente repressivos sempre que sentia ameaçada no seu direito de propriedade. Assim foi no Brasil, no Chile, na Argentina. No entanto, os inevitáveis desmandos provocados pelo poder e pela autonomia militar terminaram por incomodar até mesmo os maiores apoiadores do regime, especialmente os grandes grupos econômicos e o sistema financeiro nacional.

### **A difícil transição: as políticas neoliberais na América do Sul**

Na década dos 90 ocorreu a grande capitulação frente às políticas neoliberais, executada por governos que tinham sido eleitos pela oposição democrática. Com exceção do Chile, onde a privatização e a abertura da economia constituíram a política econômica dos asseclas de Pinochet, para apagar do país toda e qualquer lembrança do socialismo de Salvador Allende, nos outros países foram governos

eleitos democraticamente os grandes responsáveis pelas desastrosas políticas neoliberais que empobreceram os latino-americanos.

No Brasil, foi ao longo dos dois mandatos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que o patrimônio das empresas públicas foi dilapidado, com privatizações mais do que vantajosas para o capital estrangeiro. Mas, talvez, uma das mais nefastas feridas provocadas pela imposição dos interesses econômicos dos Estados Unidos não seja econômica, mas resida na sensação de que impotência e humilhação tenham se tornado uma forma de identidade nacional. A submissão à hegemonia norte-americana, via Fundo Monetário Internacional, traduz-se no pagamento de uma dívida externa exorbitante. Hoje, para a maior parte da América Latina, o problema da dívida é crucial e seu enfrentamento depende de uma vontade política que os governantes, com exceção da falida Argentina, não têm conseguido demonstrar.

O desemprego crescente, fruto das políticas recessivas neoliberais, debilitou sobremaneira os sindicatos e outros movimentos de trabalhadores urbanos, enquanto os funcionários públicos das áreas da saúde e educação viram seus salários corroídos. As instituições públicas perderem qualidade, criando dois segmentos de serviço nas áreas da educação e da saúde: o sistema público de pior qualidade, para os pobres, e a educação e saúde privadas de melhor qualidade para os ricos. A perda da importância relativa da “questão operária” pode ser observada no fato de que, a partir do final dos anos 90 e começo dos anos 2000, as greves e manifestações de funcionários públicos aumentaram em todos os países da América Latina, enquanto o movimento operário perdia força diante dos patrões. Diferentemente dos anos de prosperidade, a força de trabalho sofreu uma desvalorização com os deslocamentos e a fragmentação do processo produtivo.

## **O retorno do reprimido**

À medida que as ditaduras militares perdiam força e as correntes políticas oposicionistas conquistavam parcelas do poder de Estado, parte dos movimentos sociais passou a integrar o poder, na forma de conselhos, como dos direitos da mulher, empregos públicos e na institucionalização das chamadas organizações não-governamentais (ONGs). A proliferação dessa forma de atuação, que também se transformou em atividade remunerada e empregos para profissionais liberais e militantes, criou uma influente rede de “trabalhadores da área social” financiados por agências estrangeiras e doadores nacionais, como sucede com as grandes fundações. Tal é o caso da Fundação Abrinq e do Instituto Ayrton Senna, modelos da nova filantropia brasileira.

Mas, ao lado dessas correntes filantrópicas laicas e religiosas, também cresceram os movimentos com propósitos nacionalistas, contrários às privatizações, e de influência camponesa. No Brasil, o já citado Movimento dos Sem Terra (MST), mas também os movimentos campesinos no Paraguai (2002), Peru, Bolívia e Equador, todos com as plataformas de luta antiprivatização. Conforme observa o uruguaio Raúl Zilebech (2003), foi a mobilização social que depôs presidentes no Equador e na Argentina e regimes corruptos e o terrorismo de Estado no Peru e na Venezuela.

Nesse artigo, Zilebech (2003) expõe as novas características dos movimentos sociais, que enfrentam um extraordinário aumento da produtividade do trabalho, da concentração e acumulação de capital, bem como a obsolescência veloz da força de trabalho menos qualificada. Os movimentos zapatistas, sem-terra e outros não só herdaram uma mesma herança política (Teologia da Libertação, insurgência indígena e guevarismo) como também, fruto dessa convergência, apresentam uma característica comum: “la territorialización”.

De todas las características mencionadas, las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciados más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales (...). La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen su espacio, apropiándose-lo material y simbólicamente.

Sem desconsiderar a importância de tais movimentos, cabem algumas ponderações. Primeiro, o que o autor chama de territorialização tem sido a marca constante dos movimentos camponeses ao longo da história, e não apenas da última década. Segundo, existe uma diferença muito grande entre os movimentos étnicos (das populações nativas camponesas que constituem a massa dos explorados, como no Peru, Equador e Bolívia) e os movimentos de camponeses e trabalhadores rurais que estão lutando por terra. Boa parte dos “sem-terra” constitui-se de “sem-trabalho”, desempregados rurais e urbanos. Muitos, devido à concentração de atividades em agricultura de exportação de alta concentração de capital, já haviam se tornado há décadas assalariados do campo. Na sua esmagadora maioria, a população concentra-se hoje em torno de cidades ou vilarejos, que, pela energia elétrica, vão sendo ligados à televisão com seus universos culturais alternativos.

Há, portanto, um limite ao conceito de territorialização, a começar pela sua própria definição. Ademais, a inventividade e a resistência de todos esses movimentos sociais não modificam o fato de que há uma enorme diferença entre o significado de “território” para determinado grupo étnico, que nele vê suas raízes culturais, e para um acampamento do MST, que ocupou uma fazenda

considerada improdutivo, muitas vezes distante do local de origem dos acampados.

Pesquisas realizadas nos acampamentos do MST comprovam, por exemplo, um problema no que concerne às perspectivas dos jovens: apesar do romantismo de alguns autores que tratam sobre o tema, a vida cotidiana é difícil e o problema da continuidade dos estudos leva muitas moças a verem no casamento (com alguém da cidade) sua única opção de uma vida melhor. Diferentemente de algumas populações indígenas mais arraigadas a seus costumes, para muitos “sem-terra” permanecer no campo, nas atuais condições, constitui muito mais uma imposição (por falta de opção) do que uma escolha.

### **A prática política como prática instituinte**

A busca da unidade entre conhecimento e ação, vale dizer, da apreensão do político como práxis intelectual transformadora, constitui o eixo do materialismo moderno e contemporâneo. Nesse sentido, Antonio Negri inicia seu artigo “Machiavel segundo Althusser” com a pergunta: O que significa pensar politicamente? E responde: “Não se trata de dar soluções pensadas (abstratas) ao problema colocado, e sim soluções imediatamente agenciadas na e pela coletividade” (NEGRI, 1997, p. 139-58)

Comentando as diferentes fases da leitura sobre Maquiavel na trajetória de Althusser, Negri ressalta a importância do conceito de *virtú* e da definição da política como práxis, “como prática fundadora”. Com isso, Althusser supera o determinismo das leis históricas e abre espaço para o “materialismo do acaso”, das possibilidades em aberto. Nesse registro, o sujeito é recolocado como ator do processo histórico.

A política como prática instituinte, como “prática que constrói o político”. Essa definição flexível nos preserva dos determinismos e da futorologia. Assim sendo, o objetivo desse texto é dar continuidade à discussão sobre os temas e discursos que compõem hoje o cenário latino-americano e, mais especificamente, sul-americano. Se a eleição de Lula foi uma espécie de *avant-première* de governos progressistas no Cone Sul, com a eleição de Kirchner e sua decisão de não pagar a dívida externa, vale dizer, no “calote” dado no FMI, tivemos uma outra demonstração de que algo de novo está acontecendo na América do Sul. Depois, a esquerda venceu no Uruguai e mais recentemente no Chile, de novo. Só que desta vez, uma mulher. Não por coincidência uma ex-exilada política. E, agora, Morales fala em refundar a Bolívia e no retorno à unidade pré-América:

Éramos um só continente, chamado Abiyala, no qual vivíamos como irmãos. Nos dividiram com fronteiras, bandeiras, hinos. Assim fracionados não poderemos sobreviver. Não só os indígenas, mas todos nós. Precisamos voltar ao nosso grande Abiyala (ESP, entrevista a Lourival Santa’Anna, A18, 27 jan. 2006).

Na sua extensa entrevista concedida ao jornal *Estado de S. Paulo* (A18, 21 jan. 2006), o ministro de relações exteriores da Bolívia (tradição nacionalista) David Choquehuanca, ex-dirigente da Confederação, líder sindicalista, formado em Cuba, falando o espanhol com forte sotaque aimará, propõe democratizar a democracia: “Quem deve tomar decisões não são os deputados, ou ministros, mas o povo. Precisamos fortalecer as organizações sociais. Isso se chama “Pachacútec” – as coisas mudam. Estamos cansados da partidocracia. Queremos democracia direta”.

Assim despontam os novos intelectuais orgânicos, novos sujeitos políticos. A dolorosa experiência das ditaduras militares ressignificou a luta pela democracia na América Latina. A esquerda aprendeu a respeitar a democracia que, com todos os seus limites, é ainda a melhor forma de governo:

A cidadania democrática só cria raízes num povo ao longo da experiência coletiva da aprendizagem do exercício da cidadania, que é lenta e muitas vezes turbulenta. Mas insubstituível, tanto no que se refere ao voto quanto a formas superiores da participação democrática, como o autogoverno local e as múltiplas formas de autogestão social. Nisso parece-nos consistir o essencial de sua força enquanto valor ético-político a democracia é uma forma que, embora suscetível de ser preenchida por múltiplos conteúdos, é a mais apropriada para exprimir o interesse coletivo, tal como entende a coletividade (Morales, 1989, p. 32)

### **Aberturas para a América do Sul**

O receituário econômico neoliberal acentuou a pobreza e a desigualdade na maior parte dos países sul-americanos. Assim terminaram as ilusões do acesso ao primeiro mundo do consumo pela evidência de que o consumismo norte-americano não pode ser imitado pelo restante do mundo por esgotamento dos recursos naturais. O rebaixamento da política a espetáculo de mídia (a teatralização e a mercantilização da política) caminha conjuntamente com a mercantilização e o rebaixamento espiritual das novas seitas, de inspiração oriental ou mais simplesmente de reformatação do cristianismo, como é o caso da Igreja Universal.

Esse é o contexto histórico em que novas forças políticas estão tentando entrar no sistema de direitos jurídicos, em vários países do cone sul, diferentes entre si, mas iguais na desigualdade social e na discriminação das populações nativas. A América do Sul congrega diversos povos e sociedades tribais tendo em comum o *habitat*, como é o caso da Amazônia politicamente dividida entre Brasil, Peru, Venezuela e Guianas) e os dos Andes. Do ponto de vista da visibilidade política, eles são os novos sujeitos, que reafirmam os ideais

revolucionários e contestadores de outros tipos de trabalhadores sem terra, como os Chiapas e o MST.

Aqui reside outra diferença com respeito aos jovens de 68, cujas críticas eram contra o autoritarismo familiar, o moralismo sexual, etc., próprios de uma classe média esclarecida. Nada a ver com o ponto de vista das sociedades tribais que resistiram e sobreviveram à conquista. Trata-se de populações que conservam a mesma língua (como o quéchua e o aimará) e tradições culturais anteriores à colonização espanhola e lusa. Assim sendo, seus projetos políticos se enquadram nas lutas de “libertação nacional”.

O prestígio de que goza o presidente brasileiro no exterior alimenta-se em grande parte das fantasias e projeções sobre a eleição de Lula (e sobre o próprio Lula, bom de cena), mas também de alguns fatos concretos que marcaram sua gestão. Um deles foi uma generosa política para a América Latina<sup>4</sup>. Lula desempenhou um papel importante na consolidação da unidade latino-americana. Por outro lado, o governo Lula aceitou a hegemonia do capital financeiro e deixou os banqueiros abocanharem a parte do leão – ao mesmo tempo em que não abriu mão das grandes estatais e de uma política mais “nacional-desenvolvimentista” (Barros de Castro, Guido Mantega). A atual figura forte do governo, Dilma Rousseff, exMinistra da Energia, faz parte da geração revolucionária dos anos 60-70, tendo sido presa e torturada por 21 dias consecutivos pela ditadura militar.

Assim, por um lado, é verdade que as esquerdas estão em crise e as propostas de mudanças radicais foram transformadas em políticas públicas de caráter assistencialista. Por outro lado, a vitória das esquerdas neste começo do segundo milênio constitui uma

---

<sup>4</sup> É indiscutível que o governo Lula foi marcado por uma forte orientação latino-americana, na qual se sobressai a figura do historiador Marco Aurélio Garcia, professor da Unicamp. Perseguido pela ditadura militar, viveu no Chile de Allende, morou na França nos anos 70 e foi um dos fundadores do PT. O apoio de Lula foi determinante para a estabilização do governo Hugo Chavez e o colocou como líder natural. A partir de então os laços se estreitaram entre o Brasil e seus vizinhos.

nítida rejeição ao modelo neoliberal que aumentou a pobreza e a desigualdade social. Com todos seus limites, o fato objetivo é que tais governos comprometem-se mais com políticas sociais e que de alguma maneira melhoram a qualidade de vida dos afetados. Chico de Oliveira observou com agudeza que a luta hoje é pela repartição dos recursos orçamentários. É extraordinário que todo o ato de atendimento às demandas de melhoria de vida para os pobres seja taxado de “populismo”. Se Chavez é populista ou não interessa menos do que saber quais são os resultados objetivos do uso que seu governo está fazendo do orçamento público. E é essa razão pela qual – não obstante o ataque cerrado dos partidos de centro e de direita e do apoio da mídia no processo de desqualificação de Lula – a maior parte do povo brasileiro mantém seu apoio ao presidente petista que, muito provavelmente, será reeleito.

### **Perspectivas pouco otimistas**

A garantia de emprego sonhada pelos jovens significa que o “direito ao trabalho” volta à cena política. Mas, dado o incontestável fato de que o sistema capitalista é baseado em reduzir os custos de produção, a força de trabalho se faz cada vez menos necessária, aumentando a exploração do conjunto dos trabalhadores. O mundo contemporâneo convive com uma massa de pessoas de diferentes nacionalidades, vindas das regiões mais pobres em busca de trabalho. Países tradicionalmente receptores de imigrantes transformaram-se em exportadores de mão-de-obra. Os brasileiros descendentes de japoneses constituem a mão-de-obra barata do Japão e uma importantíssima fonte de divisas para o Brasil. A população brasileira trabalhando nos EUA aumentou vertiginosamente. Os bolivianos escolhem ser explorados no Brasil, pois em São Paulo ao menos têm a garantia de escolas para os filhos.

Essas massas humanas que se deslocam em busca da sobrevivência constituem o paradigma dos “sem direitos”, daquela parte da população mundial que, em diferentes partes do mundo, são “não-cidadãos”. Para o filósofo italiano Giorgio Agamben, vivemos hoje um permanente “estado de exceção” político, dado que, em várias partes do mundo, criou-se a possibilidade “legal” de um espaço onde justamente não existe legalidade de qualquer espécie. Ele lembra que o USA Patriot Act, de 2 de novembro de 2001, permitia ao Attorney General “guardar em detenção” o estrangeiro suspeito de atividades que pudessem colocar em perigo “a segurança nacional dos Estados Unidos”. Mas o estrangeiro tinha de se expulso do país ou acusado de algum crime. Depois disso, Bush conseguiu ir ainda mais longe ao “anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, criando assim um ser juridicamente inominável e inclassificável” (AGAMBEN, 2003, p. 13). Nessas condições, como manter a ficção jurídica dos “direitos inalienáveis de todos os homens”, a começar pelo direito à própria vida?

### **Bibliografia**

- AGAMBEN, Giorgio. *État d'exception - Homo Sacer*. Paris: Seuil, 2003.
- FORRESTIER, Viviane. *Horror econômico*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LOPEZ, Ernesto. A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile. In: SAINT-PIERRE, H. L. e MATHIAS, L. S. (Orgs.). *Entre votos e botas. As Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca: UNESP, 2001.
- MORAES, João Quartim de. *A democracia: história e destino de uma ideia*. OAB – A Revista da Ordem dos Advogados. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Pós-modernismo, marxismo e feminismo*. Margem Esquerda, Boitempo Editorial, 2003, n. 2, p. 95.

NEGRI, Antonio. Machiavel selon Althusser. *In: Lire Althusser aujourd'hui*. Paris: Editions l'Harmattan, 1997.

NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. *O trabalho de luto*. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p. 3.

PALAU, Marielle. *Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen el proceso de privatización*. Observatorio Social de América Latina. Sep. 2002, año III, n. 8.

WALLENSTEIN, Immanuel. *Que significa hoy ser un movimiento anti-sistémico*. Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires, ene. 2003, pp. 179-84.

ZILEBECH, Raúl. *Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos*. Observatorio Social de América Latina. Ene./abr. 2003, año IV, n. 10.